JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.05.24 07:08:11 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 24 de maio de 2023 • Nº 1566 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

CCEE

Consumo de energia elétrica fica estagnado em abril

O Brasil andou de lado desde abril do ano passado. O consumo de energia elétrica, um dos principais indicadores do crescimento do PIB, ficou estagnado, segundo dados da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Depois de dois meses consecutivos de avanço, o país encerrou abril com estabilidade no consumo em relação ao mesmo período de 2022 -demanda de 65.265 megawatts médios. Desse total, 24.214 MW médios foram utilizados pelo mercado livre, que fornece eletricidade para a indústria e grandes empresas, como shoppings e redes de varejo. O volume representou um leve aumento de 0,4% frente a igual período do ano passado. PÁGINA 2

LAVA JATO

NELSON JR/STF

Toffoli reitera suspensão de processos contra Duran

O ministro Dias Toffoli (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF), reiterou ontem a suspensão de ações penais contra o advogado Rodrigo Tacla Duran, réu por lavagem de dinheiro na Operação Lava Jato. Na decisão, o ministro reitera que a 13ª Vara Federal em Curitiba deve seguir decisão proferida pelo ex-ministro Ricardo Lewandowski, que suspendeu cinco processos baseados em provas que foram anuladas pela Corte. Entre as ações, está o processo contra Duran. Após a aposentadoria da Lewandowski, Toffoli está despachando no caso. "Verifico que, aparentemente, a determinação de suspensão dos feitos não foi respeitada, mesmo durante o período em que o ministro Ricardo Lewandowski oficiava como relator do feito", escreveu. Toffoli também determinou que cópias de todos procedimentos que estiverem na vara e tenham relação com o caso sejam enviados ao STF. A juíza federal Gabriela Hardt assumiu ontem a condução dos processos da 13ª Vara, após o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) afastar o juiz Eduardo Appio. No auge da Lava Jato, Gabriela atuou como substituta do ex-juiz Sérgio Moro.

MP

CLEIA VIANA/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Relator muda composição de ministérios e 'reforça centrão'

O relator da medida provisória da reorganização da Esplanada dos Ministérios e líder do MDB na Câmara dos Deputados, Isnaldo Bulhões Jr. (AL) (**foto**), empoderou em seu parecer pastas comandadas por partidos do centrão, desidratando a política ambiental do presidente Lula (PT). Competências de órgãos que atualmente estão na estrutura dos ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário e dos Povos Indígenas serão transferidas para outras pastas. As mudanças ocorrem em meio a uma queda de braço entre os próprios ministros de Lula após veto à exploração de petróleo na foz do rio Amazonas, com apoio da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (Rede). O relatório foi apresentado ontem em sessão da comissão mista que analisa a MP (medida provisória). PÁGINA 3

SENADO

Em encontro com empresários, Pacheco ataca BC

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, defendeu em jantar com empresários em São Paulo na segunda-feira passada que o Banco Central reduza a taxa básica de juros, hoje em 13,75% ao ano. "Temos que pedir ao BC, com todos os métodos técnicos, nada abrupto, uma coisa gradativa, que possa reduzir a taxa de juros", disse Pacheco em evento da Esfera Brasil. PÁGINA 2

FOZ DO AMAZONAS

PABLO VALADARES/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Presidente do Ibama descarta acerto político

O presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho (**foto**), descartou ontem um acerto político para a questão da exploração de petróleo na foz do Amazonas, tema que coloca de um lado a ala ambiental e de outro a ala desenvolvimentista e parlamentares. Agostinho participou ontem de uma reunião na Casa Civil com o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA: -0,26% / 109.928,53 / -284,59 / Volume: R$ 24.408.001.578 / Negócios: 3.549.513

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	26.25	+2.46	+0.63
BRASIL ON NM	44.48	+2.35	+1.02
PETROBRAS ON N2	29.45	+2.08	+0.60
SUZANO S.A. ON NM	45.86	+1.51	+0.68
YDUQS PART ON NM	13.60	+1.49	+0.20

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
CVC BRASIL ON NM	3.04	–5.00	–0.16
MARFRIG ON NM	6.59	–5.18	–0.36
BRF SA ON NM	7.75	–4.91	–0.40
VIA ON NM	2.19	–3.52	–0.08
USIMINAS PNA N1	7.49	–4.46	–0.35

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	66.56	–2.26	–1.54
PETROBRAS PN N2	26.25	+2.46	+0.63
BRADESCO PN N1	16.05	+0.82	+0.13
B3 ON NM	13.21	–1.34	–0.18
ITAUUNIBANCOPN N1	26.57	+0.80	+0.21

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	33.055,51	-0,69
NASDAQ Composite	12.560,245	-1,26
Euro STOXX 50	4.344,07	-0,95
CAC 40	7.378,71	-1,33
FTSE 100	7.762,95	-0,10
DAX 30	16.152,86	-0,44

Salário mínimo	R$ 1.320,00
Ufir	R$ 4,3329
Taxa Selic (03/05)	13,75%
Poupança 3 (24/5)	0,72%
TR (prefixada) (05/2023)	0,2423%

IGP-M	-0,95% (abr.)
IPCA	0,61% (abr.)
CDI	0,82 até o dia 23/mai.
OURO BM&F/grama	R$ 310,00
EURO Comercial	Compra: 5,3513 Venda: 5,3519

EURO turismo	Compra: 5,3970 Venda: 5,5770
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 4,9668 Venda: 4,9674
DÓLAR comercial	Compra: 4,9705 Venda: 4,9711
DÓLAR turismo	Compra: 4,9791 Venda: 5,1591

Economia

MERCADOS

Bolsa cai puxada por Vale e impasse da dívida nos EUA

Apesar de ter operado no positivo no início do dia, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em queda ontem, puxada por ações da Vale e seguindo os índices do exterior. As indefinições sobre o aumento do teto da dívida dos Estados Unidos seguem despertando cautela nos investidores e pressionando os mercados globais.

Com isso, o Ibovespa (Índice Bovespa) caiu 0,25%, a 109.928,53, voltando a fechar abaixo dos 110 mil pontos. Já o dólar manteve-se estável em R$ 4,971.

O índice foi pressionado durante todo o pregão pelas ações da Vale, que fecharam em queda de 2,11% e foram as mais negociadas da sessão. A perda da mineradora acompanha uma nova queda nos contratos futuros do minério de ferro.

Pesaram contra o Ibovespa, ainda, quedas de Marfrig (5,18%) e BRF (4,91%), que estiveram entre os maiores tombos da sessão com a decretação do estado de emergência zoossanitária em todo o Brasil pelo Ministério da Agricultura. A medida foi tomada após a confirmação de casos de gripe aviária em aves silvestres no país.

Do outro lado, a Petrobras fechou no positivo e atenuou a queda da Bolsa. A petroleira registrou alta de 2,25% nas ações ordinárias e de 2,57% nas preferenciais em meio a alta nos preços do petróleo no exterior.

Altas do Bradesco (0,82%) e do Itaú (0,8%), que acompanharam a Petrobras entre as mais negociadas da sessão, também ajudaram o índice.

Em meio ao impasse, os principais índices americanos fecharam em queda. O Dow Jones, o S&P 500 e o Nasdaq caíram 0,69%, 1,12% e 1,26%, respectivamente, nesta terça-feira.

CCEE

Consumo de energia ficou estagnado em abril

O Brasil andou de lado desde abril do ano passado. O consumo de energia elétrica, um dos principais indicadores do crescimento do PIB, ficou estagnado, segundo dados da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Depois de dois meses consecutivos de avanço, o país encerrou abril com estabilidade no consumo em relação ao mesmo período de 2022 -demanda de 65.265 megawatts médios.

Desse total, 24.214 MW médios foram utilizados pelo mercado livre, que fornece eletricidade para a indústria e grandes empresas, como shoppings e redes de varejo.

O volume representou um leve aumento de 0,4% frente a igual período do ano passado.

O restante, 41.051 megawatts médios, foi direcionado ao mercado regulado, no qual estão as residências e pequenos comércios, segmento que teve queda de 0,2% no comparativo anual.

Na avaliação dos 15 setores da economia monitorados pela Câmara de Comercialização, quase todos eles registraram consumo menor, exceto empresas do ramo metalúrgico -que estão de olho na retomada da economia chinesa-, da indústria alimentícia, impulsionada pelas exportações, e do comércio, que foi beneficiado pelo baixo avanço da inflação.

O setor de serviços recuou quase 10% no consumo de energia, seguido pelo setor de madeira, papel e celulose (5,7% de queda), têxteis (4,5%) e minerais não-metálicos (4%).

Ainda segundo a CCEE, parte desse resultado se explica pela geração distribuída, consumidores que usam painéis solares.

Com esse tipo de sistema os consumidores contam com produção própria de energia em boa parte do dia e dependem menos do Sistema Interligado Nacional.

FOLHA DE PAGAMENTO

Governo pede vista e adia votação de projeto que prorroga desoneração

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), pediu vista de um projeto que prorroga a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia até o fim de 2027 e adiou a votação da proposta na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado nesta terça-feira.

A decisão se deu após ministros do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) apresentarem divergência na discussão sobre a prorrogação do benefício tributário. Ao pedir vista, Wagner deixou claro que era contrário ao adiamento.

"Ainda não houve unidade no governo nesse sentido (...) Eu, no papel de líder do governo, tenho uma função e não vou fugir dela para dizer que peço vistas desse processo. Sei que não é só para retardar (a votação). É uma tentativa de nós podermos chegar a algo mais próximo de um denominador comum", disse.

O adiamento da votação era um pedido do Ministério da Fazenda, comandado pelo ministro Fernando Haddad. A pasta defende que a desoneração seja discutida no âmbito da reforma tributária, com novo desenho.

Nas discussões travadas no Ministério da Fazenda, um modelo em estudo poderia desonerar pelo menos a parcela equivalente a um salário mínimo (R$ 1.320) da remuneração dos trabalhadores de todos os setores da economia.

Em audiência na CAE do Senado, a procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize Almeida, afirmou que um benefício focalizado em poucos setores da economia não considera a situação macroeconômica do país.

"Uma proposta que debate um benefício tributário, um gasto tributário indireto focalizado apenas em determinados setores da economia não atende, do ponto de vista do Ministério da Fazenda, a todo o potencial que uma política tributária de desoneração da folha pode atender", disse.

Para o procurador-geral Adjunto Tributário, Moisés de Souza, a prorrogação da desoneração até 2027, como está na proposta aprovada no Senado, não "parece ser o mais adequado, considerando que haverá uma nova discussão (sobre o tema) na reforma tributária".

DINHEIRO NOVO

Novo plano de recuperação judicial da Oi prevê garantias extras

A Oi detalhou ontem, durante a teleconferência de resultados da companhia, quais as condições apresentadas aos seus credores no novo plano de recuperação judicial da empresa. O plano proposto prevê condições distintas para cada classe de credores, com tratamento diferenciado para aqueles que fornecem dinheiro novo à companhia. Segundo o diretor-presidente da Oi, Rodrigo Abreu, o atraso na divulgação do balanço do quarto trimestre de 2022 tem relação justamente com o processo de apresentação do novo plano de recuperação judicial da empresa, e não tem a ver com os números apurados no período.

"A complexidade das discussões fez atrasar algumas semanas a apresentação dos resultados", afirmou. Segundo Abreu, os resultados do primeiro trimestre da Oi devem ser divulgados nas próximas semanas, assim que ocorrer a normalização dos relatórios de auditorias, após a conclusão das discussões com os credores.

Com um nível de endividamento de R$ 30 bilhões, a Oi espera, com o novo plano, atingir um desconto global de 50% da sua dívida financeira, com conversão desse montante em capital próprio, e vencimentos mais longos. A empresa também tem previsão de amortização da dívida entre 2027 e 2028.

Um dos pontos fracos do balanço do quarto trimestre da Oi foi o forte consumo de caixa, e agora a meta da companhia, também com o novo plano, é reduzir em 50% os pagamentos a satélites, torres e cabos submarinos. Entre as principais garantias oferecidas pela Oi para credores que fornecem dinheiro novo estão a venda de 100% das ações da Oi na V.tal --braço de fibra ótica que é controlado pelo BTG Pactual. A totalidade do dinheiro levantado com essa venda será destinada ao pagamento para esses credores, mas essa garantia ainda está sujeita a aprovações regulatórias.

Além disso, 100% do dinheiro da venda das ações da ClienteCo --subsidiária que será criada com base nos ativos da Oi Fibra-- será para credores que fornecem dinheiro novo.

SENADO

Em jantar com empresários, Pacheco ataca BC, mas não toma 'atitude'

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, defendeu em jantar com empresários em São Paulo na segunda-feira passada que o Banco Central reduza a taxa básica de juros, hoje em 13,75% ao ano.

"Temos que pedir ao BC, com todos os métodos técnicos, nada abrupto, uma coisa gradativa, que possa reduzir a taxa de juros", disse Pacheco em evento da Esfera Brasil.

Para ele, o país pode ter um problema de crescimento e geração de riqueza com a taxa nesse patamar.

"Somos um país com tantas riquezas, com reserva cambial da ordem de U$$ 350 bilhões, que está conseguindo conter a inflação, que inclusive é uma das menores do mundo atualmente, tem relação razoável de dívida/PIB e moeda valorizada em torno dos R$ 5 de dólar."

O jantar aconteceu na casa do advogado Nelson Wilians e reuniu cerca de 75 empresários. Entre os destaques estão: Rubens Menin (MRV, Inter e CNN), Fábio Coelho (CEO do Google), Flávio Rocha (Grupo Guararapes e Riachuelo), Isaac Sidney (Febraban) e Carlos Santana (Tecnobank).

Ao fazer a saudação a Pacheco no encontro, Menin chamou o presidente do Senado de guardião da República.

"O interesse do nosso presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, é o Brasil antes de qualquer coisa", disse Menin. "Talvez nem todos saibam disso aqui, mas ele é um guardião da República. Todos os episódios que tivemos aí, difíceis que passamos recentemente, de forma discreta, mas efetiva, nosso presidente do Senado, estava lá."

O presidente do Senado faz coro ao discurso do governo Lula, que pressiona o presidente do BC, Roberto Campos Netto, a reduzir a Selic, sob o argumento de que ele estaria agindo com motivação política.

O presidente Lula defende que não há motivos para que a Selic esteja tão elevada se a inflação está sob controle.

Esse discurso agora ganhou força no Congresso. Antes de Pacheco, o presidente da Câmara, Arthur Lira, também atacou o BC e sua política monetária em evento do Lide, de João Doria, ocorrido nos EUA.

Nota

VENDAS DO TESOURO DIRETO SUPERAM RESGATES EM R$ 1,7 BILHÃO EM ABRIL

As vendas de títulos do Tesouro Direto superaram os resgates em R$ 1,792 bilhão em abril deste ano. Segundo dados divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, as vendas de títulos atingiram R$ 3,798 bilhões, e os resgates totalizaram R$ 2,006 bilhões, todos relativos a recompras de títulos públicos. Não houve resgates por vencimentos, quando o prazo do título acaba e o governo precisa reembolsar o investidor com juros. Os títulos mais procurados pelos investidores foram os corrigidos pela Selic, taxa básica de juros, que corresponderam a 61% do total. Papéis vinculados à inflação tiveram participação de 25,8% nas vendas, enquanto os prefixados, com juros definidos no momento da emissão, representaram 13,3%. O estoque total do Tesouro Direto alcançou R$ 113,3 bilhões no fim de abril, com aumento de 2,6% na comparação com o mês anterior (R$ 110,5 bilhões) e de 27,3% em relação a abril do ano passado (R$ 89 bilhões). Quanto ao número de investidores, 297.881 novos participantes cadastraram-se no programa no mês passado.

RECADO

Lira e Pacheco indicam pressa em arcabouço, mas reagem a 'desmonte'

Os presidentes do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disseram que o Congresso Nacional não aceitará mudanças em temas aprovados recentemente no parlamento que não passem pelas duas Casas.

"Revisitar temas que Congresso votou há pouco tempo tem que acontecer no âmbito do Congresso. O governo tem sido informado disso", disse Lira em referência a três assuntos: a privatização da Eletrobras, os decretos que alteraram o Marco do Saneamento e a autonomia do Banco Central.

"Já enfrentamos esses temas e consideramos realidade nacional", avaliou Pacheco.

Os dois presidentes falaram ao lado do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), após um encontro entre os três, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, os relatores do novo Marco Fiscal, Cláudio Cajado (PP-BA), e da reforma tributária, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e empresários.

O recado faz referência a três movimentos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que não agradaram ao Congresso: as críticas à autonomia do BC, as mudanças por decreto nas regras de saneamento e a tentativa de reverter no STF um ponto da lei que privatizou a Eletrobras.

A derrubada de parte das mudanças nos decretos de saneamento já foi aprovada na Câmara e está em análise no Senado.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3923-5158 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 31º 15º 5% 06:20 17:16 **OUTONO:** Sol com algumas nuvens. Não chove..

MP

Relator fortalece ministérios do centrão no governo Lula

O relator da medida provisória da reorganização da Esplanada dos Ministérios e líder do MDB na Câmara dos Deputados, Isnaldo Bulhões Jr. (AL), empoderou em seu parecer pastas comandadas por partidos do centrão, desidratando a política ambiental do presidente Lula (PT).

Competências de órgãos que atualmente estão na estrutura dos ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário e dos Povos Indígenas serão transferidas para outras pastas.

As mudanças ocorrem em meio a uma queda de braço entre os próprios ministros de Lula após veto à exploração de petróleo na foz do rio Amazonas, com apoio da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (Rede).

O relatório foi apresentado ontem em sessão da comissão mista que analisa a MP (medida provisória). Houve pedido de vista coletivo, e o texto voltará a ser discutido e votado hoje. Há uma pressão pela celeridade da apreciação da matéria, uma vez que ela perderá a validade no próximo dia 1º e ainda precisa passar por votações na Câmara e no Senado.

Segundo o texto, o Ministério das Cidades, comandado por Jader Filho (MDB-PA), passará a ficar responsável por sistemas de informações que, pela MP de Lula, estavam na alçada de Marina. São eles: Sinisa (Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico), Sinir (Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos) e Singreh (Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos).

Também está prevista a transferência da gestão da ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico), hoje com o Meio Ambiente, para o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. A pasta é comandada por Waldez Góes —apesar de ser do PDT, ele foi uma indicação de parlamentares da União Brasil.

O relatório de Isnaldo ainda transfere o CAR (Cadastro Ambiental Rural), instrumento para controlar terras privadas e conflitos em áreas de preservação, do ministério chefiado por Marina para o da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

O órgão é considerado importante por gerenciar a fiscalização de crimes ambientais em propriedades rurais, como grilagem e desmatamento.

Parlamentares ligados à pauta ruralista defendiam a transferência do CAR para o Ministério da Agricultura —retomando a estrutura do governo Jair Bolsonaro (PL). O relator nega ter considerado essa hipótese, apesar de emendas apresentadas por parlamentares nesse sentido.

Alvo de disputa entre ruralistas, a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) também deverá ter suas competências desmembradas.

Sob o governo Bolsonaro, o órgão estava vinculado à pasta da Agricultura, atualmente comandada por Carlos Fávaro (PSD). Com a MP original, editada por Lula no início do governo, ela foi transferida para o Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, chefiado por Paulo Teixeira (PT).

Segundo a reportagem apurou, o deputado não retirou a Conab do Desenvolvimento Agrário, mas transferiu parte de suas competências de volta à Agricultura.

O relatório deve passar para a pasta de Fávaro as seguintes funções: produção e divulgação de informações dos sistemas agrícolas e pecuários; e comercialização, abastecimento, armazenagem e garantia de preços mínimos.

Na alçada de Teixeira, deverão permanecer competências como os sistemas locais de abastecimento alimentar, compras públicas de produtos e alimentos da agricultura familiar.

Em outra frente, o texto de Isnaldo deve esvaziar atribuição da pasta dos Povos Indígenas ao transferir a demarcação de terras indígenas para o Ministério da Justiça. Com isso, ele atende em partes a um pleito da bancada ruralista, que queria essa responsabilidade fora do ministério chefiado por Sônia Guajajara (PSOL-SP).

Pelo texto do emedebista, caberá à pasta dos Povos Indígenas a defesa e a gestão das terras e territórios já demarcados.

Complexo do Lins

Justiça interroga PMs acusados de alterar cena da morte de Kathlen

A Justiça Militar do Rio de Janeiro interrogou, ontem, os cinco policiais militares acusados de alterar o local em que a designer de interiores Kathlen Romeu foi morta ao ser atingida no tórax por um tiro de fuzil, em junho de 2021. A jovem de 24 anos estava grávida de quatro meses e visitava a avó no Complexo do Lins, na zona norte da cidade.

Os policiais ouvidos ontem são réus por fraude processual. São eles: o capitão da PM Jeanderson Corrêa Sodré, o 3º sargento Rafael Chaves de Oliveira e os cabos Rodrigo Correia de Frias, Cláudio da Silva Scanfela e Marcos da Silva Salviano. Eles foram denunciados pelo Ministério Público do Rio em dezembro de 2021 sob suspeita de terem modificado a cena do local em que Kathlen foi morta.

Na audiência, os policiais negaram que tenham cometido a fraude processual e que apenas pegaram sacolas deixadas na rua por criminosos.

De acordo com a Promotoria, Chaves, Frias, Scanfela e Salviano mexeram no local do crime, antes da chegada da perícia, e colocaram 12 cartuchos calibre 9 mm usados e um carregador de fuzil com dez munições intactas. A ideia, segundo as investigações, era forjar a cena de que houve confronto no momento em que a jovem foi atingida.

Esses quatro policiais respondem à denúncia de fraude processual e falso testemunho. Já o capitão da PM, Jeanderson Sodré, foi denunciado sob acusação de fraude processual na forma omissiva. Segundo a investigação, ele, como superior hierárquico dos demais agentes, se omitiu ao impedir que a conduta irregular fosse feita.

Os policiais Frias e Salviano também são acusados de terem matado Kathlen, segundo a denúncia do Ministério Público.

Durante a audiência, os policiais voltaram a afirmar que houve confronto no momento em que Kathlen foi baleada -tese rebatida pela Promotoria. Frias afirmou, em seu depoimento, que respondeu a ataques de criminosos que estavam na rua. O militar disse também que, após os disparos, viu a jovem caída no chão com uma idosa gritando ao lado.

Frias afirmou ainda que após terem socorrido a jovem, o sargento Chaves recolheu sacolas que teriam sido abandonadas pelos bandidos na rua. Nessas bolsas, de acordo com o cabo, havia papelotes de maconha, cocaína e crack, carregadores de pistola e de fuzil e munições.

Kathlen visitava a avó no Complexo do Lins, de onde havia se mudado há pouco tempo, quando foi atingida por um tiro de fuzil.

Na época, a Polícia Militar alegou que agentes da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) teriam reagido a um ataque de criminosos da região, num local conhecido como Beco da 14. A versão, no entanto, foi contestada pelo Ministério Público.

De acordo com a investigação, Frias e Salviano atingiram a jovem ao atirarem contra pessoas que estariam vendendo drogas no Beco da 14. No inquérito, o Ministério Público chamou atenção para o fato de os policiais terem disparado em direção à rua Araújo Leitão, que tem grande movimento de carros e pedestres.

Os agentes faziam patrulhamento de rotina no local e viram homens em uma situação que indicava o tráfico de drogas. Os suspeitos, de acordo com a Promotoria, foram alvos dos disparos sem que percebessem a presença policial, "não havendo qualquer ação que legitimasse a referida agressão".

No depoimento de Salviano, ele admitiu ter atirado cinco vezes de fuzil durante a ação.

A próxima audiência do processo está marcada para o dia 29 deste mês. Nela, Salviano e Frias serão ouvidos para responder à acusação de homicídio da jovem.

A audiência desta terça-feira ocorreu na sede do Tribunal de Justiça do Rio, no centro da cidade. Do lado de fora da corte, aconteceu um ato para protestar a favor das condenações dos agentes.

Um ano de reclusão

STM condena coronel da Aeronáutica por injúria racial

O Superior Tribunal Militar (STM) condenou um coronel da Aeronáutica a um ano de reclusão por injúria racial contra um soldado da mesma força. O militar Takashi Matsuda chamou o colega de farda de "crioulo" ao saber que ele cursava economia na universidade.

O caso ocorreu em 20 de junho de 2021, nas dependências do Parque de Material Aeronáutico de São Paulo (Pama-SP). O oficial havia sido absolvido da acusação na primeira instância da Justiça Militar da União. O Ministério Público Militar, por sua vez, recorreu da decisão, o que levou o caso ao STM.

No processo, Matsuda se defendeu alegando que houve erro de interpretação por parte da vítima e negou que tenha chamado o soldado de "crioulo". O coronel afirmou ainda que tinha achado que o militar não tinha ficado ofendido com a situação, pois a conversa na ocasião continuou por mais dez minutos.

A decisão pela condenação do coronel foi do relator do processo, ministro José Barroso Filho. Ele foi acompanhado pelos demais magistrados da corte. O julgamento aconteceu no dia de 16 deste mês.

"O Brasil intitula-se como sendo um país formado de várias raças, etnias e religiões, onde não haveria, em tese, conforme existe em outros lugares, discriminação. Entretanto, é sabido que há uma forma de discriminação velada, trazida por ofensas e comentários desairosos a pessoas e instituições, que demonstram a face segregatica de muitos", disse Barroso Filho em seu voto pela condenação do coronel.

De acordo com a decisão da corte, Matsuda deverá cumprir a pena em regime aberto, com a aplicação de dez dias-multa, sendo o valor da diária de um décimo do salário mínimo vigente à época do fato.

A defesa pode ainda recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Câmara

CPI do MST tem troca de acusações e bate-boca

Deputados ligados à pauta ruralista e parlamentares da base do governo Lula (PT) trocaram acusações e protagonizaram uma série de bate-bocas durante sessão da CPI do MST realizada ontem. A sessão foi marcada por uma artilharia da oposição contra o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) —a maioria do colegiado é formada por deputados ligados a ruralistas e integrantes da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária), uma das maiores forças da Casa.

Esses parlamentares se referiram ao movimento e a seus integrantes como "bandidos", "marginais" e "maloqueiragem". Deputados governistas reagiram e afirmaram que é preciso investigar conflitos no campo, grilagem, invasão de terras indígenas, queimadas e desmatamento. Eles também fizeram críticas à gestão do agora deputado Ricardo Salles (PL-SP) no período em que comandou a pasta do Meio Ambiente no governo Jair Bolsonaro.

O acirramento dos discursos parlamentares iniciou-se desde os primeiros minutos da sessão, quando o presidente e o relator da CPI, Tenente Coronel Zucco (Republicanos-RS) e Salles, se referiram à comissão como responsável por "investigar a invasão de propriedade, depredação de patrimônio".

Ibama&Petrobras

'Não cabe composição em decisões que são técnicas'

O presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, descartou ontem um acerto político para a questão da exploração de petróleo na foz do Amazonas, tema que vem dividindo o governo, colocando de um lado a ala ambiental e de outro a chamada ala desenvolvimentista e parlamentares da região Norte.

Agostinho participou na tarde desta terça-feira de uma reunião na Casa Civil com a participação do presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, e dos ministros das Minas e Energia e do Meio Ambiente, Alexandre Silveira e Marina Silva, respectivamente.

"Eu emito 3.000 licenças por ano, não tenho como ficar em cada licença chamando todas as partes, buscando uma composição, porque não cabe composição (política) em decisões que são técnicas. Muitas vezes a gente vai tomar decisões que vão agradar um grupo de pessoas, desagradar outro grupo de pessoas", afirmou o presidente do órgão.

Agostinho ainda disse que, em caso de acidentes, embarcações chegariam ao local cerca de 48 horas depois, apenas, aumentando assim o risco de que óleo atinja a costa brasileira.

O presidente do Ibama também argumentou que as condições de exploração na foz do Amazonas não podem ser comparadas com a de países vizinhos, que executam essas atividades.

"A Venezuela está na mesma linha do Equador, na mesma faixa equatorial, mas está muito mais distante da foz do rio Amazonas. Então existe uma série de implicações diferentes ali.

Na Venezuela, você tem uma situação de um certo abrigo por conta da presença do lago Maracaibo, você tem uma série de situações ali, a gente já está falando do mar do Caribe, um pouco diferente da foz do Amazonas", afirmou.

Agostinho acrescentou que chegou a pedir complementação de informações para a Petrobras, antes de o órgão tomar a sua decisão. No entanto, não foi detectada viabilidade ambiental e segurança.

Para o dirigente do Ibama, decisão não significa que o órgão tenha fechado as "portas" para a Petrobras, que pode reapresentar os pedidos de licença. Agostinho ressaltou que vários pedidos foram aceitos neste ano, e que todos são analisados tecnicamente.

"O Ibama pediu para a Petrobras por oito vezes complementações nos estudos, e as complementações não foram suficientes para comprovar a viabilidade. A Petrobras pode como empreendedora, a qualquer momento, fazer uma nova solicitação de licença. Não estamos fechando portas. Mas a gente vai continuar debruçado tecnicamente e as respostas serão no âmbito técnico do processo."

Na quarta-feira passada, Agostinho acompanhou parecer técnico do órgão e negou o pedido feito pela Petrobras para perfurar a bacia da foz do rio Amazonas com objetivo de explorar petróleo na região.

A decisão foi tomada após o Ibama demonstrar preocupação com as atividades da petroleira em uma região de vulnerabilidade socioambiental.

O instituto afirma que os planos apresentados pela empresa são insuficientes para garantir a segurança do empreendimento e que não foi entregue uma AAAS (Avaliação Ambiental de Área Sedimentar), estudo que analisa se a região, e não só o bloco específico da perfuração, é apta ou não para ser explorada, considerando as características do meio ambiente.

O Ibama diz ainda que o pedido estava incompleto em pontos como plano de proteção à fauna e plano de comunicação social para as comunidades indígenas. Segundo nota técnica do instituto, houve "a constatação de impactos ambientais não previstos no EIA [estudo de impacto ambiental] e sem medidas mitigadoras elaboradas de forma fundamentada e passíveis de verificação de efetividade".

Falsidade ideológica

TRE arquiva investigação eleitoral contra Flávio '01'

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro determinou ontem o arquivamento de um inquérito contra o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) para apurar suposta prática de falsidade ideológica no registro de candidatura em 2014. O fim da investigação já havia sido defendido pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Eleitoral, mas permanecia aberto em razão de decisões do juiz Flávio Itabaiana, da 204ª zona eleitoral, e da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Os desembargadores do TRE-RJ entenderam que o prazo do inquérito excedeu o prazo razoável para a conclusão, configurando-se num constrangimento ilegal ao filho do ex-presidente Jair Bolsonaro. Segundo o tribunal, foram considerados parâmetros definidos pela Corte Interamericana de Direitos Humanos e pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos para a verificação do tempo moderado para a realização da investigação. O inquérito eleitoral foi aberto em fevereiro de 2018 após denúncia-crime do advogado Eliezer Gomes da Silva com base em reportagem da Folha de S.Paulo de janeiro daquele ano. O jornal apontou a evolução patrimonial de Jair Bolsonaro e de seus filhos políticos Carlos (vereador), Eduardo (deputado federal) e Flávio (à época, deputado estadual). Flávio Bolsonaro tornou investigado pela prática de falsidade eleitoral por atribuir valores distintos a um mesmo imóvel nas declarações de bens entregues à Justiça Eleitoral nos pleitos de 2014 e 2016.

Em 2014, quando disputou uma cadeira na Assembleia do Rio, ele atribuiu o valor de R$ 565 mil a uma cobertura em Laranjeiras. Dois anos depois, ela apareceu em sua declaração de bens valendo R$ 423 mil. Documentos da transação mostram que o valor total do imóvel é de R$ 1,7 milhão, adquirido por Flávio e a mulher, Fernanda, donos cada um de uma metade do imóvel. Eles financiaram a compra da cobertura.

O valor apresentado em 2014 se refere ao total pago pelo casal até dezembro de 2013, último exercício fiscal antes do ano eleitoral. Já em 2016, Flávio incluiu em sua declaração eleitoral apenas à sua metade paga em parcelas pelo imóvel até o final de 2015. Em seu relatório final, o delegado Erick Blatt, da Polícia Federal, declarou não ter visto sinais de crime eleitoral.

O promotor eleitoral Alexandre Themístocles chegou a pedir apoio do Gaecc (Grupo de Atuação Especial de Combate à Corrupção), grupo que investigava o senador pela prática da "rachadinha" em seu antigo gabinete na Assembleia Legislativa, para analisar o caso. Semanas depois, avalizou o arquivamento. O juiz Itabaiana submeteu o arquivamento à Câmara do MPF.

Nota

PAI MORRE E FILHOS SE FEREM APÓS DETONAÇÃO DE GRANADA GUARDADA NOS PERTENCES DO AVÔ

Um pai foi morto e seus dois filhos ficaram feridos depois que uma granada de mão encontrada nos pertences do avô explodiu. Por volta das 18h30, os três encontraram uma granada de mão não detonada em um dos cômodos do imóvel do senhor no último sábado. Bryan Niedert, 47, estava limpando a casa de um avô da família com seus dois filhos adolescentes, em Lakes of the Four Seasons, Indiana (EUA), segundo o jornal Mirror. A destruição foi tão forte que deixou a vizinhança assustada. A polícia e o Corpo de Bombeiros foram chamados ao local para socorrer as vítimas. Niedert foi morto na explosão. A causa exata de sua morte será determinada por uma autópsia. Seus dois filhos, um menino de 14 anos e uma menina de 18, foram hospitalizados com ferimentos graves. Os representantes do Gabinete do Xerife do Condado de Lake informaram que as autoridades estão "investigando se o dispositivo pode ter se auto-detonado devido à sua idade ou outros fatores, se o pino foi puxado ou se qualquer outra circunstância pode estar envolvida".

SPE Cristina Energia S.A.
CNPJ/MF nº 09.077.005/0001-97 – NIRE 33.300.322.922
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10/11/2022
1. Data, Hora e Local: No dia 10/11/2022, na sede social da Companhia, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Worldwide Offices, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ, às 14:00 horas. **2. Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Presidente; Srta. Isis Paula Cerinotti Malhaes – Secretária. **3. Ordem do Dia: (i)** deliberar sobre a redução do capital social da Companhia; **(ii)** outros assuntos de interesse social. **4. Deliberações:** Por unanimidade: **4.1.** Aprovar a redução de capital social em R$ 2.900.000,06 da Companhia, passando o capital social, portanto, de R$ 19.784.416,67 para R$ 16.884.416,61. **4.1.1.** Consignar, observado o artigo 287, II, alínea "g" da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, que o pagamento ora declarado no item 4.1. estará à disposição dos acionistas na sede da companhia localizada na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 4º andar, Jacarepaguá. **4.1.2.** Considerando que as ações em que se divide o capital social não têm valor nominal, é desnecessário o cancelamento de ações em consequência da redução de capital ora aprovada, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: *"**Artigo. 5º**: O capital social é R$ 16.884.416,61, dividido em 15.807.873 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal."* **4.2.** Lavrar a presente ata em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 30 da Lei nº 6.404/76. **5. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata.. **6. Assinaturas:** Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Presidente da Mesa e Isis Paula Cerinotti – Secretária. Acionista: Tangara Energia S.A. Rio de Janeiro, RJ, 10/11/2022.

IBV Brasil Petróleo Limitada
CNPJ nº 07.766.332/0001-20 - NIRE 33.2.0763155-4
Edital de Convocação de Reunião de Sócios
Em razão da não-instalação da reunião de sócios convocada (em primeira convocação) para 19 de maio de 2023, ficam convocados os sócios da **IBV Brasil Petróleo Limitada** ("Sociedade") para comparecerem à reunião de sócios a ser realizada, em segunda convocação, em 29 de maio de 2023, às 10 horas (horário de Brasília), de forma exclusivamente digital, conforme permitido pela Instrução Normativa do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, por meio da plataforma Microsoft Teams ("Reunião"). Os detalhes para acesso à Reunião serão oportunamente disponibilizados aos sócios da Sociedade. A Reunião deliberará sobre a aprovação do aumento de capital da Companhia no valor de R$ 229.842.946,00 (duzentos e vinte e nove milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, novecentos e quarenta e seis reais), com emissão de 229.842.946 (duzentos e vinte e nove milhões, oitocentas e quarenta e duas mil, novecentas e quarenta e seis) quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada. Referido aumento de capital é necessário para operações da Sociedade. Para participar e votar na Reunião, os representantes dos sócios deverão apresentar documentos que comprovem seus poderes para praticar tais atos em nome dos respectivos sócios de acordo com a lei brasileira, inclusive os documentos societários e procurações aplicáveis. Este edital é publicado e, nos termos da Cláusula Décima Primeira, Parágrafo Terceiro, do Contrato Social da Sociedade, enviado aos sócios da Sociedade por e-mail. Cópias de documentos e informações relacionadas à matéria a ser deliberada na Reunião encontram-se à disposição dos sócios na sede da Sociedade. Rio de Janeiro, 22 de maio de 2023. **Renata Lima de Oliveira** - Diretora Geral

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS, REFEIÇÕES RÁPIDAS (FAST FOOD) E AFINS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SINDIREFEIÇÕES-RJ.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL
Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Refeições Coletivas, Refeições Rápidas (Fast Food) e Afins do Estado do Rio de Janeiro – SINDIREFEIÇÕES-RJ – inscrito no CNPJ sob o nº 32.316.366/0001-60, vem pelo presente edital, CONVOCAR, todos os trabalhadores que prestam serviços nas Empresas de Refeições Coletivas, Cozinhas Industriais, prestadores de serviço dentro da empresa tomadora ou em unidades externas para refeições a serem transportadas, Refeições Escolares, Refeições à Bordo de Aeronaves (Catering), Refeições a Bordo de Plataforma de Petróleo, Navios e Navios Sonda (offshore), Refeições Convênio, Cestas Básicas e Afins de todo o Estado do Rio de Janeiro, sejam ou não associados, com base no Estatuto Social do SindiRefeições-RJ, para se reunirem, em Assembleia Geral Extraordinária, com base no Estatuto Social, a realizar-se no dia 15 de junho de 2023, a votação será por escrutínio secreto, na Rua Carlos Chambelland, nº 256, Bairro Vila da Penha, Rio de Janeiro – RJ e em Continuidade nas portarias das Empresas de Refeições Coletivas, Cozinhas Industriais, prestadores de serviço dentro da empresa tomadora ou em unidades externas para refeições a serem transportadas, Refeições Escolares, Refeições à Bordo de Aeronaves (Catering), Refeições à Bordo de Plataforma de Petróleo, Navios e Navios Sonda (offshore), Refeições Convênio, Cestas Básicas em todo Estado do Rio de Janeiro. Ocorrendo em primeira convocação, com quórum legal às 09 horas e 30 minutos e, em segunda e última convocação às 10 horas, com qualquer número de trabalhadores presentes, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1 – Aprovação da Alteração Estatutária sem alteração de base territorial e de representação da categoria. Rio de Janeiro, 16 de maio de 2023. Oziel Romualdo de Paula – Presidente.

REAL ENGENHARIA INVESTIMENTOS S.A.
Companhia fechada
CNPJ/MF nº 35.948.363/0001-38 - NIRE 33.3.0026983-5
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA SUSPENSA EM 19/04/2023: 1. Hora, Data e Local: Às 15 horas do dia 19/04/2023, por meio de plataforma de videoconferência, nos termos do art. 124, § 2º-A da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e do Manual de Registro de Sociedade Anônima, Anexo V da Instrução Normativa DREI nº 81/20 ("IN DREI 81"). **2. Presença e Quórum de Instalação:** Registrada a presença de acionistas representando 85,6% (oitenta e cinco vírgula seis por cento) do capital social da Companhia, conforme registro por meio de plataforma eletrônica, bem como por manifestações em boletim de voto a distância. Presentes, também, a totalidade dos Diretores da Companhia, e a Sra. Gabriela Codorniz, advogada da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Mário de Andrade Ramos Neto, e secretariados pela Sra. Gabriela Codorniz. **4. Convocação:** A convocação foi publicada no jornal Diário do Acionista, edições dos dias 11, 12 e 13/04/2023 ("Convocação"). **5. Publicações Legais:** O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022 foram publicados no jornal Diário do Acionista, na edição do dia 5/04/2023. **6. Ordem do Dia:** (1) Tomar as contas da Diretoria, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022; (2) A proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (3) A fixação do número de membros para compor a Diretoria da Companhia; (4) A eleição dos Diretores da Companhia; e (5) A remuneração anual global dos Diretores para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2023. **7. Suspensão dos Trabalhos:** Antes do início dos trabalhos, a Secretária da mesa informou aos presentes que recebeu, do Sr. Hermano de Villemor Amaral Neto, advogados das acionistas Andrea de Andrade Ramos, Claudia de Andrade Ramos, Elizabeth de Andrade Ramos e Monica de Andrade Ramos, solicitação para que esta assembleia seja realizada no mês de maio, a fim de que tais acionistas possam comparecer. Ato contínuo, o Presidente, em prol da boa-fé e da colaboração entre os acionistas, propôs aos presentes a abertura desta assembleia com a sua subsequente suspensão, bem como a retomada dos trabalhos no dia 5/05/2023, às 14 horas. Em seguida, a proposta de suspensão foi aprovada pela unanimidade dos acionistas presentes, sendo os trabalhos retomados no dia 5/05/2023, às 14 horas, em formato exclusivamente digital, mantida a ordem do dia e as instruções para participação constantes da Convocação, sem a necessidade de novos editais de convocação, na forma da IN DREI 81. **8. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi declarada suspensa a assembleia, devendo os trabalhos serem retomados na forma aprovada pelos acionistas, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada isoladamente pelos membros da Mesa, nos termos da IN DREI 81. A presente é cópia fiel da ata original lavrada em Livro Próprio. Rio de Janeiro, 19/04/2023. **Mário de Andrade Ramos Neto** - Presidente; **Gabriela Codorniz** - Secretária. **Acionistas Presentes:** Mário de Andrade Ramos Neto, Maria Cecília Vieira Bretas, Mario Henrique Vieira Bretas e Espólio de Mario Sergio Vieira Bretas representado por Teresa Cristina da Silva Bretas. O acionista Mauro de Andrade Ramos participou por boletim de voto a distância. Jucerja nº 5481629 em 18/05/2023.

Tráfico de drogas

MP da Indonésia pede 12 anos de prisão para brasileira

O Ministério Público da Indonésia pediu pena de 12 anos de prisão à brasileira Manuela Vitória de Araújo Farias, de 19 anos, presa em Bali após tentar entrar no país com mais de três quilos de cocaína.

De acordo com a defesa da brasileira, o órgão descartou prisão perpétua ou pena de morte para o caso -condenações comuns no país, que tem uma severa lei antidrogas. Uma parte do julgamento aconteceu ontem de madrugada na Indonésia. Uma nova fase do processo está marcada para 30 de maio, quando a defesa será ouvida.

A acusação foi apresentada pelo MP do país e deixou a defesa satisfeita, segundo o advogado Davi Lira, que acompanha o caso do Brasil. Na Indonésia, a jovem tem outro defensor especializado em casos como o dela.

A expectativa da defesa já era de que a jovem não deve pegar penas mais duras, como adiantou o advogado em abril. Agora, os advogados devem recorrer, para diminuir a pena.

A defesa espera conseguir uma pena ainda menor que essa, mas vai mais tranquila (para o julgamento final), sabendo que a Manuela praticamente escapou tanto da prisão perpétua quanto da pena de morte. O trabalho continua, a gente não sabe qual vai ser o entendimento do juiz, mas partimos da premissa de que se a própria acusação não pleiteia a pena capital, o juiz não vai dar de ofício Davi Lira, advogado da família.

Em janeiro, o Itamaraty disse ao UOL ter conhecimento do caso, acompanhado pela Embaixada do Brasil em Jacarta, e que "vem prestando a assistência consular cabível à nacional".

Manuela foi detida no dia 1º de janeiro, quando desembarcou com a droga dividida em duas malas. À época, o advogado disse que a jovem não sabia o que levava ao embarcar para o país asiático.

Segundo Davi Lira, a paraense até desconfiou da promessa de aulas de surfe em troca do transporte de uma encomenda até o país, e tentou desistir, mas teria sido coagida por pessoas que a abordaram.

Natural de Belém, a jovem conheceu os suspeitos pelo envio da droga em um "circuito de baladas" de Santa Catarina, estado no qual a mãe dela mora, para fazer tratamento contra uma doença.

EUA

Jornalista que ganhou causa contra Trump por abuso volta a processá-lo

A jornalista americana Elizabeth Jean Carroll voltou a processar judicialmente o ex-presidente dos EUA Donald Trump, já condenado a pagar US$ 5 milhões (cerca de R$ 25 mi) a ela por abuso sexual cometido na década de 90 e difamação ao chamá-la de mentirosa.

Carroll abriu processo na segunda-feira passada por supostas novas difamações feitas pelo republicano contra ela durante entrevista à rede americana CNN. Ela pede indenização de US$ 10 milhões (R$ 50 mi) por insultos feitos durante uma sabatina no último dia 10.

Na ocasião, durante entrevista realizada pela jornalista Kaitlan Collins, Trump fez pouco caso da condenação, repetiu que não conhecia a ex-colunista da revista Elle e chamou o assunto de invenção. "(Ela) está louca", disse sobre Carroll. A declaração foi dada um dia após a sentença unânime, proferida por um júri em Nova York.

Carroll o acusava de tê-la empurrado contra a parede e a estuprado num vestiário da loja Bergdorf Goodman nos anos 1990. "Que tipo de mulher conhece alguém e, em minutos, está fazendo coisas impróprias num provador?", questionou Trump na sabatina, provocando aplausos.

O ex-presidente, que busca se consolidar como candidato republicano na corrida pela Casa Branca em 2024, foi considerado culpado de abuso sexual. O júri também o considerou responsável por difamação, por declarações de 2022, e o condenou a pagar um total de US$ 5 milhões à vítima -decisão da qual o ex-presidente recorreu.

De acordo com a advogada Roberta Kaplan, representante da escritora, a nova denúncia se baseia em declarações feitas por Trump após o veredito, "que mostram a extensão de sua malícia". A advogada ainda tem a intenção de "dissuadi-lo de outros atos de difamação".

Não foi a primeira vez que Trump ironizou as denúncias feitas pela escritora. Em entrevista ao jornal The Hill, concedida em 2019, afirmou que "ela não é meu tipo".

SPE Cristina Energia S.A.
CNPJ/MF nº 09.077.005/0001-97 – NIRE 33.300.322.922
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01/12/2022
1. Data, Hora e Local: No dia 01/12/2022, na sede social da Companhia, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Worldwide Offices, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ, às 15:00 horas. **2. Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Presidente; Srta. Isis Paula Cerinotti Malhaes – Secretária. **3. Ordem do Dia: (i)** retificar o valor a redução de capital destinado a absorção de prejuízos aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/08/2021; **(ii)** por conta da deliberação prevista no item (i), retificar o item 6.7 das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 31/12/2021, bem como a consolidação do artigo 5º no estatuto social aprovado na referida Assembleia; **(iii)** por conta das deliberações previstas nos itens (i) e (ii), retificar os itens 4.1. e 4.1.2. da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10/11/2022; **(iv)** outros assuntos de interesse social. **4. Deliberações:** Por unanimidade: **4.1.** Retificar o valor da redução de capital destinado à absorção de lucros, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/08/2021 ("AGE 25/08/2021), e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 00004569122 em 29/10/2021, pois, por um equívoco, constou o valor de R$ 5.359.292,51 quando na realidade o valor é de R$ 3.231.822,59. **4.1.1.** Por conta da retificação prevista no item 4.1., o valor total da redução de capital aprovado na AGE 25/08/2021 também deverá ser retificado de R$ 9.359.789,74 para R$ 7.232.319,82. **4.1.2.** Diante da deliberação acima, alterar os itens 5.1., 5.1.1. e 5.1.3. da AGE 25/08/2021, que devem ser lidos conforme segue: "***5.1.** Aprovar a redução de capital social em R$ 7.232.319,82 da Companhia, passando o capital social, portanto, de R$ 25.131.696,19 para R$ 17.899.376,37.* ***5.1.1.** Consignar que do valor total de redução de capital: (i) R$ 3.231.822,59, serão destinados para absorção dos prejuízos, no montante supracitado, registrados no balanço da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31.12.2020; (ii) R$ 4.000.497,23 serão destinados ao pagamento dos acionistas, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia." (...)* ***5.1.3.** Considerando que as ações em que se divide o capital social não têm valor nominal, é desnecessário o cancelamento de ações em consequência da redução de capital ora aprovada, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: "Artigo. 5º – O capital social é R$ 17.899.376,37, dividido em 12.921.175 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal."* **4.1.3.** Ratificar todas as demais deliberações da AGE 25/08/2021 não expressamente retificadas no presente ato, que permanecem inalteradas. **4.2.** Devido a retificação aprovada acima, alterar o item 6.7 das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 31/12/2021 ("AGOE 31/12/2021"), bem como a consolidação do artigo 5º no estatuto social aprovado na referida Assembleia, pois o valor do capital social inicial (antes da redução) considerado foi de R$ 15.771.906,45, quando, na realidade, deveria ser de R$ 17.899.376,37. **4.2.1.** Diante da deliberação acima, o item 6.7 e o artigo 5º do estatuto social consolidado na AGOE 31/12/2021, que devem ser lidos conforme segue: "***6. Deliberações:*** (...) ***6.7.** Alterar, em consequência do aumento de capital social aprovado, a redação do artigo 5º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo. 5º – O capital social da companhia parcialmente subscrito e integralizado é de R$ 21.911.886,59, dividido em 15.807.873 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal."* (...) ***Anexo III – Estatuto Social Consolidado*** (...) *"Artigo. 5º – O capital social da companhia parcialmente subscrito e integralizado é de R$ 21.911.886,59, dividido em 15.807.873 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal."* **4.2.2.** Ratificar todas as demais deliberações da AGE 10/11/2022 não expressamente retificadas no presente ato, que permanecem inalteradas. **4.3.** Devido as retificações aprovadas acima, alterar os itens 4.1. e 4.1.2. da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10/11/2022 ("AGE 10/11/2022"), pois o valor do capital social inicial (antes da redução) considerado foi de R$ 19.784.416,67, quando, na realidade, deveria ser de R$ 21.911.886,59. **4.3.1.** Diante da deliberação acima, os itens 4.1. e 4.1.2. da AGE 10/11/2022, que devem ser lidos conforme segue: "***4.1.** Aprovar a redução de capital social em R$ 2.900.000,06 da Companhia, passando o capital social, portanto, de R$ 21.911.886,59 para R$ 19.011.886,53. (...)* ***4.1.2.** Considerando que as ações em que se divide o capital social não têm valor nominal, é desnecessário o cancelamento de ações em consequência da redução de capital ora aprovada, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: "Artigo. 5º – O capital social é R$ 19.011.886,53, dividido em 15.807.873 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal."* **4.3.2.** Ratificar todas as demais deliberações da AGE 10/11/2022 não expressamente retificadas no presente ato, que permanecem inalteradas. **4.4.** Considerando os itens 4.1. e 4.2. acima, consignar que o capital social atual da companhia é de R$ 19.011.886,53, dividido em 15.807.873 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, vigorando o artigo 5º do Estatuto Social conforme segue: "***Artigo. 5º** – O capital social é R$ 19.011.886,53, dividido em 15.807.873 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal."* **4.5.** Lavrar a presente ata em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 30 da Lei nº 6.404/76. **5. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. **6. Assinaturas:** Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Presidente da Mesa e Isis Paula Cerinotti – Secretária. Acionista: Tangara Energia S.A. *Confere com o original lavrado em livro próprio.* Rio de Janeiro, RJ, 01/12/2022. **Isis Paula Cerinotti Malhaes** – Secretária Designada.

REAL ENGENHARIA INVESTIMENTOS S.A.
Companhia fechada
CNPJ/MF nº 35.948.363/0001-38 - NIRE 33.3.0026983-5
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 5/05/2023: 1. Hora, Data e Local: Às 14 horas do dia 5/05/2023, por meio de plataforma de videoconferência, nos termos do art. 124, § 2º-A da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e do Manual de Registro de Sociedade Anônima, Anexo V da Instrução Normativa DREI nº 81/20 ("IN DREI 81"), foram retomados os trabalhos iniciados e suspensos em 19/04/2023. **2. Presença e Quórum de Instalação:** Presentes os acionistas representando 100% do capital social da Companhia, conforme registro por meio de plataforma eletrônica e manifestação por boletim de voto a distância. Presentes, também, a totalidade dos Diretores da Companhia, a Sra. Gabriela Codorniz, advogada da Companhia e o Sr. Hermano de Villemor Amaral Neto, advogado. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Mário de Andrade Ramos Neto, e secretariados pela Sra. Gabriela Codorniz. **4. Convocação:** A convocação foi publicada no jornal Diário do Acionista, edições dos dias 11, 12 e 13/04/2023 ("Convocação"). **5. Publicações Legais:** O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022 foram publicados no jornal Diário do Acionista, na edição de 5/04/2023. **6. Ordem do Dia: (i)** Tomar as contas da Diretoria, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022; **(ii)** Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **(iii)** Deliberar sobre a fixação do número de membros para compor a Diretoria da Companhia; **(iv)** Deliberar sobre a eleição dos Diretores da Companhia; e **(v)** Deliberar sobre a remuneração anual global dos Diretores para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2023. **7. Deliberações:** Inicialmente, os acionistas aprovaram, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do art. 130, § 1º da Lei das S.A. Em seguida, os acionistas deliberaram: **7.1.** Aprovar, por unanimidade de votos, com abstenção dos legalmente impedidos, e com a apresentação de manifestação de voto das acionistas Andrea de Andrade Ramos, Claudia de Andrade Ramos, Elizabeth de Andrade Ramos e Monica de Andrade Ramos, as contas da Diretoria, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022. **7.2.** Aprovar, por unanimidade de votos, e com a apresentação de manifestação de voto das acionistas Andrea de Andrade Ramos, Claudia de Andrade Ramos, Elizabeth de Andrade Ramos e Monica de Andrade Ramos, a destinação do lucro líquido do exercício, no montante de R$ 7.951.649,87 (sete milhões, novecentos e cinquenta e um mil, seiscentos e quarenta e nove reais e oitenta e sete centavos), nos termos do art. 20 do Estatuto Social da Companhia, da seguinte forma: **(i)** a destinação do montante de R$ 397.582,49 (trezentos e noventa e sete mil, quinhentos e oitenta e dois reais e quarenta e nove centavos) para a reserva legal, nos termos do art. 193 da Lei das S.A.; **(ii)** a distribuição aos acionistas de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R$ 1.888.516,84 (um milhão, oitocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e dezesseis reais e oitenta e quatro centavos), sendo o montante de R$ 1.353.497,40 (um milhão, trezentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e noventa e sete reais e quarenta centavos) já distribuído aos acionistas conforme deliberação da Diretoria, e o montante remanescente a ser pago aos acionistas ao longo do exercício social de 2023; e **(iii)** a destinação do montante de R$ 5.665.550,54 (cinco milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta reais e cinquenta e quatro centavos) para a Reserva Estatutária para Investimentos. **7.3.** Aprovar, por maioria de votos, com a apresentação de manifestação de voto dissidente das acionistas Andrea de Andrade Ramos, Claudia de Andrade Ramos, Elizabeth de Andrade Ramos e Monica de Andrade Ramos, a fixação do número de 3 (três) membros para compor a Diretoria da Companhia, conforme o art. 11 do Estatuto Social da Companhia. **7.4.** Aprovar, por maioria de votos, com a apresentação de manifestação de voto dissidente das acionistas Andrea de Andrade Ramos, Claudia de Andrade Ramos, Elizabeth de Andrade Ramos e Monica de Andrade Ramos, a eleição das seguintes pessoas para compor a Diretoria da Companhia, para o mandato de 1 (um) ano, que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31/12/2023: **(i) Mário de Andrade Ramos Neto**, brasileiro, divorciado, engenheiro, com domicílio na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, à Rua São José nº 70, 19º andar, parte, Centro, portador da cédula de identidade n.º 01.767.866-5, do IFP, inscrito no CPF sob o nº 070.402.887-53, como Diretor Presidente da Companhia; **(ii) Izabel Carmen de Andrade Ramos**, brasileira, solteira, advogada, com domicílio na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, à Rua Marquês de São Vicente nº 351, apto. 904, bloco 2, portadora da cédula de identidade n.º 124.200 OAB/RJ, inscrita no CPF sob o nº 087.385.967-76, como Diretora da Companhia; e **(iii) Mario Henrique Vieira Bretas**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, com domicílio na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, à Av. Vieira Souto nº 220, apto. 301, Ipanema, portador da cédula de identidade nº 29.692.661-9 SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 592.364.187-91, como Diretor da Companhia. **7.5.** Aprovar, por maioria de votos, com a apresentação de manifestação de voto dissidente das acionistas Andrea de Andrade Ramos, Claudia de Andrade Ramos, Elizabeth de Andrade Ramos e Monica de Andrade Ramos, a remuneração anual global dos Diretores para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2023, no montante de até R$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais). **8. Documento Arquivados:** Os documentos e propostas submetidos à Assembleia ficam arquivado na sede da Companhia, bem como as manifestações de voto apresentadas por acionistas à mesa da Assembleia. **9. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada isoladamente pelos membros da Mesa, nos termos da IN DREI 81. A presente é cópia fiel da ata original lavrada em Livro Próprio. Rio de Janeiro, 5/05/2023. **Mário de Andrade Ramos Neto** - Presidente; **Gabriela Codorniz** - Secretária. **Acionistas Presentes:** Mario de Andrade Ramos Neto, Maria Cecília Vieira Bretas, Mario Henrique Vieira Bretas, Espólio de Mario Sergio Vieira Bretas representado por Teresa Cristina da Silva Bretas, Mauro de Andrade Ramos por boletim de voto a distância, Andrea de Andrade Ramos, Claudia de Andrade Ramos, Elizabeth de Andrade Ramos e Monica de Andrade Ramos, as quatro últimas acionistas acompanhadas de seu advogado Hermano de Villemor Amaral Neto. Jucerja nº 5482989 em 19/05/2023.